



ALFABETIZAÇÃO E PRÁTICA DOCENTE EM TEMPOS DE BNCC: o que dizem algumas pesquisas sobre a temática

Sthefany Sigolo¹

Heloisa Chalmers Sislá²

Alfabetização e políticas públicas

Resumo:

Este trabalho compõe a pesquisa de mestrado “Alfabetização em tempos de BNCC - o que dizem professores e professoras alfabetizadoras”, que tem por objetivo investigar as compreensões de professores alfabetizadores tendo em vista a implementação da Base Nacional Comum Curricular. Representando o ponto de partida do processo investigativo, o levantamento bibliográfico aqui apresentado reuniu 12 dissertações que discutem sobre o tema da alfabetização na BNCC e também as implicações do documento na prática docente. As mesmas foram analisadas considerando suas aproximações conceituais, teóricas, metodológicas e conclusões. Foram identificados nas pesquisas analisadas três pontos de convergência sobre a BNCC na alfabetização: a influência neoliberal na educação e seus desdobramentos, a Base como uma normativa de ruptura com as concepções de alfabetização e letramento até então vigentes, e as repercussões da normativa curricular na prática docente.

Palavras-chaves: Alfabetização. Prática docente. BNCC.

Introdução

O presente trabalho apresenta o levantamento bibliográfico realizado como ponto de partida da pesquisa intitulada “Alfabetização em tempos de BNCC - o que dizem professores e professoras alfabetizadoras”, desenvolvida pelas autoras no Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação (PPGPE), da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

A referida pesquisa objetiva investigar como professores como professores alfabetizadores da Rede Municipal de Ensino de São Carlos/SP compreendem, concebem e

¹ Mestranda em Educação pela UFSCar. Professora da Educação Básica do Município do São Carlos/ SP. Contato: sthefany.sigolo@professor.saocarlos.sp.gov.br

² Doutora em Educação Escolar pela UNESP. Professora Associada da UFSCar. Contato: heloisasis@ufscar.br

praticam a alfabetização, considerando a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A BNCC (BRASIL, 2018) é resultado de um processo histórico que perpassou por diferentes marcos legais, iniciando na Constituição Federal (CF) de 1988, refletindo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), em 2010 e, em 2014, o Plano Nacional de Educação (PNE) estabeleceu metas para a elaboração de diretrizes pedagógicas para a educação básica nacional.

Além das prescrições legais, com a homologação da Base, o ciclo de alfabetização passou por modificações estruturais. Anteriormente compreendido pelo 1º, 2º e 3º ano do Ensino Fundamental (EF), na BNCC é modificado, e passa a contemplar apenas 1º e 2º ano. Ainda de acordo com o documento, a área de linguagens, no que se refere aos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, deve se concentrar no processo de alfabetização.

Tendo em vista que a Base traz em si mudanças conceituais no que concerne à área de linguagens, sobretudo na alfabetização (PERTUZATTI, 2017), e que estas refletem diretamente nas práticas, métodos e concepções que permeiam a prática docente, se faz importante e necessário colocar em foco a voz dos alfabetizadores, desencadeando a seguinte questão: O que dizem os professores e as professoras alfabetizadoras sobre a alfabetização na BNCC?

Assim, com o intuito de nortear a pesquisa, explanar melhor a temática, bem como dimensionar que está sendo discutido e publicado na área, foi realizado inicialmente o levantamento bibliográfico no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), cujos resultados serão o foco de discussão desse trabalho.

2 Fundamentação teórica

A pesquisa parte dos estudos de Magda Soares, nos quais a autora propõe a compreensão do processo de alfabetização por meio de três facetas: linguística, interativa e sociocultural. Para Soares (2021a) as facetas se distinguem em sua natureza, mas se complementam como parte de um mesmo objetivo: alfabetizar e inserir a criança no mundo da cultura escrita letrada, de forma que não podem ser fragmentadas, ignoradas ou sequenciadas.

De acordo com Soares (2021a), o objeto de ensino da faceta linguística é a apropriação do sistema alfabético e ortográfico e suas convenções de escrita. Sendo,

segundo a autora, a faceta linguística o alicerce das demais facetas, pois é ela que promove as aprendizagens dos demais objetos.

Já o objeto do conhecimento da faceta interativa é o uso da língua escrita para a interação, expresso pelo ensino e aprendizagem das habilidades de compreensão e produção de texto. Por sua vez, na faceta sociocultural, o objeto são os eventos sociais e culturais que envolvem a escrita e os diferentes contextos sociais e situações de uso da escrita. Nesse sentido, as facetas interativa e sociocultural são compreendidas pela autora como letramento.

Recentemente, Soares (2021b) reuniu e sistematizou as três perspectivas em propostas metodológicas embasadas que têm por objetivo alfabetizar com foco central no texto, sem desconsiderar as especificidades da faceta linguística. A autora sintetiza a aprendizagem da língua materna em suas facetas utilizando como exemplo “camadas” – aprendizagens que se superpõem constituindo o todo, diferenciando-se por processos próprios, entretanto, interdependentes.

Soares (2021c), também explicita a necessidade de que, sobreposto ao reconhecimento das diferentes áreas do conhecimento que compõem esse ensino, e conhecimento teórico desse processo, o professor entenda o ensino da língua como um posicionamento político e social:

(...) a escola atua, na área da alfabetização, como se esta fosse uma aprendizagem “neutra”, despida de qualquer caráter político. Aprender a ler e a escrever, para a escola, parece apenas significar a aquisição de um “instrumento” para a futura obtenção de conhecimentos; a escola desconhece a alfabetização como forma de pensamento, processo de construção do saber e meio de conquista de poder político. (SOARES, 2021c, p.25)

Logo, ensinar “por meio da língua”, e principalmente, ensinar “a língua” são tarefas não só técnicas, mas também políticas (SOARES, 2021c, p. 123), necessitando de embasamento teórico, conhecimento da história da alfabetização e de um posicionamento claro das bases e finalidades desse ensino, cuja apropriação é fundamental para a inserção da criança na sociedade. Nesta direção, Soares (2021a) propõe uma reversão dos termos da expressão “métodos de alfabetização” para “alfabetizar com método”.

Hoje, as políticas públicas desqualificam os avanços de mais de um século de estudos e pesquisas sobre a alfabetização, além de desconsiderar a importância de se compreender os processos cognitivos que embasam a escrita, assim como a principal finalidade desse processo: a inserção em uma cultura essencialmente escrita, tendo condições plenas de transitar pelos diferentes usos sociais da língua.

3 Metodologia

O levantamento bibliográfico foi realizado no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. A busca abrangeu trabalhos publicados entre 2017 e 2022, sendo que este recorte cronológico considerou o ano de promulgação da Base até julho de 2022, data de realização deste levantamento.

Os resultados e descritores utilizados foram compilados no quadro abaixo:

Descritor	Teses	Dissertações	Mestrado profissional	Total
alfabetização AND base nacional comum curricular	6	16	9	31
alfabetização AND BNCC	2	15	8	25
letramento AND base nacional comum curricular	7	15	11	33
letramento AND BNCC	5	17	7	29
prática docente AND base nacional comum curricular	25	73	27	125
prática docente AND BNCC	8	50	19	77

Quadro 1 - Síntese dos resultados do levantamento inicial no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES de acordo com os descritores. Fonte: elaborado pelas autoras.

Na sequência, a busca foi refinada, excluindo os trabalhos que se repetiram, e considerando apenas os que abordavam o EF ciclo I (1º ano 5º ano), especificamente 1º e 2º anos, e que tratavam da disciplina de Língua Portuguesa, com foco na alfabetização e no letramento ou das implicações da BNCC para a prática docente. Os trabalhos selecionados foram detalhados no quadro que segue:

	Ano	Pesquisa	Autor	Título	Instituição
1	2017	Dissertação	PERTUZATTI, leda	Alfabetização e letramento nas políticas públicas: convergências e divergências com a BNCC	Unochapecó
2	2019	Dissertação	RIBEIRO, Camila de Oliveira Fonseca	Base Nacional Comum Curricular (BNCC): a alfabetização de crianças em diálogo?	IFES
3	2020	Dissertação	JUCA, Wellyna Gonçalves	Base Nacional Comum Curricular – BNCC: análise dos desdobramentos da autonomia no trabalho docente	UECE
4	2020	Dissertação	LIPSUCH, Graciele	Políticas de avaliação para alfabetização no Brasil e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC): novos (velhos) mecanismos de controle e responsabilização	UNICENTRO

5	2020	Dissertação	LOPES, Lívia Ferreira Pazetti	Ler e escrever: quando aprender? A BNCC para a alfabetização	PUC Campinas	-
6	2020	Dissertação	ROCHA, Rosineide de Andrade	Alfabetização e letramento em tempos de reestruturação curricular: Um trabalho articulado entre a gestão escolar e professores alfabetizadores numa escola pública municipal paulista	UNESP Araraquara	-
7	2020	Dissertação	DIAS, Fernanda de Araujo	Formação de professores em rede: conversas com currículos e com a BNCC no 1º segmento do Ensino Fundamental	Colégio Pedro II	
8	2021	Dissertação	SOUZA, Tatiane Rodrigues	Concepções de alfabetização: O que dizem professores da rede municipal de ensino de Duque de Caxias/RJ	PUC – Rio de Janeiro	
9	2021	Dissertação	AMARANTE, Lucilene	Políticas para a alfabetização no Brasil: uma análise das orientações curriculares e das avaliações externas (2014-2018)	UEM	
10	2021	Dissertação	BINELO, Andreia Stochero	Participação e práticas docentes de professores no processo de (re)construção curricular: apontamentos a partir da experiência da rede municipal de ensino de Chapecó	Unochapecó	
11	2021	Dissertação	VILELA, Alessandra Aparecida	Percepções de professoras e gestoras escolares sobre a implementação da BNCC em uma rede de ensino municipal	UFLA	
12	2021	Dissertação	SILVA, Ana Katia da Costa	A Base Nacional Comum Curricular e o currículo em movimento do Distrito Federal: ruptura e/ou continuidade no ciclo da alfabetização?	UnB	

Quadro 2 – Pesquisas selecionadas para análise. Fonte: elaborado pelas autoras.

Para a análise das pesquisas, foi elaborado um roteiro considerando:

<p>Título: Autor(a): Instituição/ Programa: Ano de conclusão: Área de conhecimento:</p> <p>Pesquisa: <input type="checkbox"/> Mestrado Profissional <input type="checkbox"/> Mestrado <input type="checkbox"/> Doutorado</p> <p>Tipo de pesquisa: <input type="checkbox"/> Qualitativa <input type="checkbox"/> Quantitativa <input type="checkbox"/> Mista</p> <p>Tema abordado: <input type="checkbox"/> Alfabetização e Letramento <input type="checkbox"/> Prática Docente</p> <p>Contexto pesquisado: Objetivos: Questão de pesquisa:</p>

Justificativa: Perspectiva teórica: Instrumentos de coleta de dados: Procedimentos de análise dos dados: Resultados: Considerações:
--

Quadro 3 – Roteiro de análise das dissertações. Fonte: elaborado pelas autoras.

4 Resultados e Discussão

Por meio do levantamento bibliográfico foi possível observar como se formularam as pesquisas que dialogam com a temática da alfabetização na BNCC, em relação aos objetivos, procedimentos de coleta e análise de dados, conceitos e pressupostos teóricos utilizados, além das considerações e resultados obtidos pelas pesquisadoras.

O levantamento bibliográfico possibilitou ainda aproximações quanto aos resultados das pesquisas e considerações das pesquisadoras, no qual a discussão se deterá. Nesse sentido, foram elencados alguns pontos de convergência que tiveram maior incidência nos trabalhos analisados, e que aqui foram agrupados em três temas: a influência neoliberal na educação e seus desdobramentos, a Base como uma normativa de ruptura com as concepções de alfabetização e letramento até então vigentes, e as repercussões da normativa curricular na prática docente.

O primeiro tema diz respeito à influência neoliberal na educação e seus desdobramentos, considerando que cinco das dissertações analisadas (dissertações 2, 3, 4, 9 e 10) indicam que a BNCC sofreu fortes influências de políticas e pautas neoliberais em sua elaboração e concepções teóricas, expressos no documento por meio do enfoque em habilidades e competências, e por se alinhar às políticas de avaliação em larga escala. Destacam-se algumas expressões como “Estado avaliador”, “modelo gerencialista de educação” e “privatização da educação”.

Em consonância com essa perspectiva, algumas dissertações indicam a Base como um documento representativo dos interesses das classes dominantes, e não dos diferentes grupos sociais presentes no país. Nesta mesma compreensão, duas pesquisadoras (dissertações 5 e 7) também entendem a Base como um documento que desconsidera a heterogeneidade.

Outro ponto de convergência nas pesquisas aponta para as concepções de alfabetização apresentadas na Base. Três pesquisas analisadas (dissertações 1, 8 e 12) indicam que a normativa se desarticula teoricamente de documentos anteriores como os PCNs e as DCNS – documentos que repercutiram forte influência construtivista, provocando

uma ruptura conceitual ao priorizar o método fônico e se desarticular do conceito de letramento. Além do desencontro teórico, também se destaca a mudança no ciclo estipulado para a alfabetização, que anteriormente contemplava até o 3º ano, e na normativa passa a abarcar o 1º e 2º ano do EF.

É compreensível que essa mesma ruptura represente um desafio para a prática docente, que até então se alinhava às concepções de documentos anteriores, fortalecidas por formações de âmbito nacional, como o Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Para que haja um adequado processo de transição entre os parâmetros anteriores e a BNCC, as pesquisas (dissertações 3, 5, 6 e 11) sugerem a necessidade de oferecer formações continuadas que preparem os docentes o trabalho a partir da Base. Em relação a esse tema, na dissertação 3, Juca (2020) ressalta o risco de se oferecer uma formação aligeirada para atender às demandas de implementação da Base.

Considerando ainda a importante questão da formação docente, outro tema destacado nos trabalhos analisados diz respeito às repercussões da normativa curricular na prática docente, sendo a formação continuada um de seus desdobramentos. Além desta, também foi observada a incidência, nas pesquisas (dissertações 3 e 10), das relações entre BNCC e autonomia docente, apontando o documento como um norteador para a construção de um “currículo normatizado e engessado”, que dá ao/a professor/a uma falsa ideia de autonomia.

De uma outra perspectiva, alguns dos trabalhos (dissertações 7, 8, 11 e 12) discutem a necessidade de estratégias de adaptação da prática. É o caso de Vilela (2021), que analisa a implementação da BNCC como uma forma de desafiar e motivar as professoras participantes.

Por meio do levantamento bibliográfico, foi possível inferir que dez das dissertações analisadas (dissertações 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10 e 12) se mostraram não favoráveis ao documento final da Base, considerando os temas indicados: a forte influência neoliberal na educação e a ruptura com as concepções de alfabetização e letramento até então vigentes. Por outro lado, duas dissertações (6 e 11) ponderaram a importância da Base, mas não sem ressalvas, indicando a necessidade de formação e apoio ao docente no processo de implementação e execução do currículo.

5 Considerações Finais

Conclui-se reafirmando a importância desta etapa de levantamento bibliográfico para o delineamento da pesquisa pois, por meio da leitura de produções da área, foi possível ampliar as percepções e conhecimentos sobre o contexto de elaboração da BNCC. As análises sobre a influência da normatização curricular na prática docente, além dos percursos

metodológicos, considerações e resultados obtidos também refletem no desenvolvimento da pesquisa.

Referências

AMARANTE, Lucilene. **Políticas para a alfabetização no Brasil: uma análise das orientações curriculares e das avaliações externas (2014-2018)**. (228 f.). Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá, 2021.

BINELO, Andréia Stochero. **Participação e práticas docentes de professores no processo de (re)construção curricular: apontamentos a partir da experiência da rede municipal de ensino de Chapeco**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Comunitária da Região de Chapeco. Chapeco, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

DIAS, Fernanda de Araújo **Formação de professores em rede: conversas com currículos e com a BNCC no 1º segmento do ensino fundamental**. Dissertação (Mestrado Profissional em Práticas de Educação Básica) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura. Rio de Janeiro, 2020.

JUCÁ, Wellyna Gonçalves. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC: Análise dos desdobramentos da autonomia no trabalho docente**. Dissertação (mestrado acadêmico). Universidade Estadual do Ceará. Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos. Mestrado Acadêmico em Educação. Limoeiro do Norte, 2020.

LIPSUCH, Graciele. **Políticas de avaliação para alfabetização no Brasil e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC): novos (velhos) mecanismos de controle e responsabilização**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Programa de Pós-Graduação em Educação, área de concentração em Educação (Linha de Pesquisa: Políticas Educacionais, História e Organização da Educação). Guarapuava, 2020.

LOPES, Lívia Ferreira Pazetti. **Ler e escrever: quando aprender? A BNCC para a alfabetização**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2020.

PERTUZATTI, Ieda. **Alfabetização e letramento nas políticas públicas: convergências e divergências com a BNCC**. 2017. 202 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2017.

RIBEIRO, Camila de Oliveira Fonseca. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC): a alfabetização de crianças em diálogo?** Dissertação (mestrado) – Instituto Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-graduação em Ensino de Humanidades, Vitória, 2019.

ROCHA, Rosineide de Andrade. **Alfabetização e letramento em tempos de reestruturação curricular:** um trabalho articulado entre a gestão escolar e professores alfabetizadores numa escola pública municipal paulista. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras. Araraquara, 2020.

SILVA, Ana Kátia da Costa. **A Base Nacional Comum Curricular e o Currículo em Movimento do Distrito Federal:** ruptura e/ou continuidade no ciclo da alfabetização? Dissertação de Mestrado em Educação. Faculdade de Educação/FE. Universidade de Brasília/UnB. Brasília/Distrito Federal, 2021.

SOARES. **Alfabetização:** a questão dos métodos. 1ª ed., 5ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2021a. 384 p.

_____. **Alfaetrar:** toda criança tem o direito de aprender a ler e a escrever. 1ª ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2021b. 352 p.

_____. **Alfabetização e letramento.** 7ª ed., 5ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2021c. 192 p.

SOUZA, Tatiane Rodrigues. **Concepções de Alfabetização: O que dizem professores da rede municipal de ensino de Duque de Caxias/ RJ.** Dissertação de Mestrado – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2021.

VILELA, Alessandra Aparecida. **Percepções de professoras e gestoras escolares sobre a implementação da BNCC em uma rede de ensino municipal.** Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Lavras. Lavras, 2021.